

GLOBALIZAÇÃO, REDE TECNO-SOCIAL E POLÍTICA URBANA

Tamara Tania Cohen Egler

A importância do espaço como categoria analítica deve ser compreendida pelo fato de que ele é de natureza totalizadora e de alta complexidade. Isso quer dizer que é uma categoria abstrata, que está associada à percepção do mundo real em suas múltiplas determinações.

Podemos ir adiante e perceber que podemos decupar elementos constitutivos do espaço e perceber dimensões objetivas que se referem a processos de natureza visível, como o espaço construído, e invisível, como o espaço social. Essa distinção é muito importante porque dentro da categoria espaço vamos encontrar famílias de conceitos que se referem às suas formas aparentes e edificadas, ou transparentes e sociais.

Essa distinção é primeiramente indicada por Milton Santos, quando seu olhar observa as relações do homem com a natureza e reconhece como as formas espaciais podem obedecer a uma abstração que reconhece sistema de objetos – fluxos de comunicação e ações. Os sistemas racionais evoluem e mudam, as relações sociais são recriadas paralelamente à evolução da materialidade, e o espaço vai se transformando. Isso mostra, na formulação dessa teoria, a importância das formas materiais que ele denomina de artefatos das relações sociais recriadas no âmbito da transformação da ordem técnica (Santos, 1996).

Ao formular essa teoria, Milton Santos alerta que o espaço é formado por objetos. É preciso, no entanto, ter cuidados e observar que não são os objetos que determinam os espaços, mas o contrário. Essa advertência é importante porque remete a análise espacial para a sua determinação social, onde o espaço social é construído pela ação do homem no meio geográfico, mediado por processos técnicos produzidos pela ação social.

Essa distinção é muito importante porque reúne, numa mesma categoria analítica, o espaço em suas múltiplas determinações e rompe a barreira das disciplinas que apenas consideram formas materiais edificadas, naturais geográficas ou relações sociais, para recolocar o espaço como uma categoria complexa e multidisciplinar que condensa numa mesma totalidade espaço geográfico, arquitetônico e social.

O espaço construído pode ser observado em suas formas aparentes e materiais e refere-se aos espaços arquitetônicos resultantes de um processo de

produção específico, historicamente determinado por uma concepção, pela técnica construtiva e por formas próprias de organização do trabalho. A sua criação resulta da relação entre os objetos edificados, na sua relação com a dimensão biológica do homem e também em formas de organização que valorizam a sua ordenação funcional e estética, material e visível. São os espaços edificados da cidade que resultam de processos de produção específicos e criam as condições objetivas para a produção econômica, circulação de mercadorias e interações sociais. O espaço construído está escrito nos objetos edificados que compõem o processo de urbanização, e podemos identificar diferentes escalas de natureza local, regional, nacional e global.

O espaço social refere-se às relações sociais que se constituem entre indivíduos e sociedade, que podem ser de natureza econômica – relações sociais de produção –, e às relações entre os grupos e as suas identidades. O espaço social é aquele que é percebido entre os indivíduos que participam de um coletivo; é de natureza imaterial e refere-se aos vínculos das relações entre os indivíduos e a sociedade – o tecido social. A relação social é de natureza comunicativa e é representada por fios invisíveis que formam a coesão social; é a cola que reúne os homens em lugar comum. Podemos ler diferentes esferas do tecido social, no qual se realizam coletivos específicos que têm por objeto de ação a produção econômica, a organização política e a vida social.

A circulação de idéias que faz a coesão social é de natureza comunicativa. Os sistemas simbólicos, como os instrumentos de conhecimento e de comunicação, exercem poder estruturante porque são estruturados (Bourdieu, 1998). O alfabeto é uma estrutura estruturante que permite a comunicação escrita entre os membros de um mesmo grupo (Castells, 1999). O sistema simbólico constitui-se como construção da realidade, que tende a estabelecer uma ordem gnosiológica que dá sentido imediato ao mundo social (Bourdieu, 1998). Trata-se de construir uma concepção homogênea do mundo que faz a concordância entre as inteligências e que permite a coesão social. Os símbolos se constituem como instrumento da integração social, enquanto os instrumentos de conhecimento e de comunicação tornam possível o consenso do mundo social e contribuem para a reprodução da ordem social.

Se aliarmos à noção de espaço a consciência do tempo, podemos proceder a sua representação através de um feixe de luz horizontal, no qual podemos cortar as partes e abrir os lados para encontrarmos o sentido de atualidade, onde podemos ler, nos planos do tempo, a tradição e a inovação (Habermas, 1998). Isso quer dizer que o tempo é esse transcorrer no feixe de luz que realiza o ininterrupto processo de transformação, que mescla, no presente, elementos do passado e do futuro. Nessa arquitetura analítica, podemos decompor o nosso objeto espacial em formas construídas e sociais, que se desdobram em escalas de ordem vertical – global, nacional e local – e de ordem horizontal – econômicas,

políticas e sociais. Isso nos permite pensar numa matriz espaço-temporal na qual vamos encontrar, na horizontal, a linha do tempo; e na vertical, as casas das formações sociais. Para cada ponto da matriz há uma forma específica de espaço construído, social e simbólico. Por exemplo, ao observarmos o espaço numa sociedade agrária vamos perceber que ele é predominante natural; que a produção está associada à agricultura, e as relações sociais se realizam nos processos de cultivo que tornam as necessidades historicamente determinadas. O espaço simbólico é essencialmente do seu mundo de necessidades e potencialidades. Se observarmos a sociedade industrial, a questão torna-se mais complexa, e vamos encontrar o processo de urbanização derivado da industrialização que transforma as formas do espaço construído, social e simbólico.

Podemos nos perguntar: quais são as transformações que incidem sobre os processos espaciais na matriz espaço-temporal da sociedade da informação? A resposta implica numa reflexão que nos obrigue a observar como as novas tecnologias de informação e comunicação transformam o espaço. A cibernética tem uma forma espacial própria, que resulta de uma base tecnológica de impulsos elétricos que possibilitam a multiatividade entre os campos; possibilita a formação de um espaço derivado dessa tecnologia; e produz uma forma espacial análoga aos espaços urbanos das cidades industriais.

Para responder a essa indagação, o nosso ponto de partida está inscrito no advento de novas tecnologias de comunicação que possibilita a formação de um espaço com uma forma de múltiplas faces; e possibilita a criação de um espaço imaterial, sendo sua arquitetura em rede infinita, cujas conexões formam centros onde se sobrepõem redes em diferentes escalas (Egler, 2000). É a forma espacial da sociedade da informação e da comunicação. Esse novo espaço se diferencia das formas anteriores de comunicação humana e transforma a base técnica, possibilitando formas de interação social espaciais e atemporais (Santos, 1996). Elimina as escalas geográficas e define novas relações associadas a novas conexões entre o local e o global e produz formas de urbanização “translocal”, unificando escalas (Limonad, & Randolph, 2001).

A circulação da informação e das idéias muda e transforma o espaço simbólico da comunicação, na medida em que independe da proximidade física entre as pessoas, o que altera completamente as condições de localização que definem a sociedade industrial. A técnica do concreto armado é substituída por uma tecnologia fluida de impulsos eletrônicos que permitem a instantaneidade dos processos de comunicação. A relação de interação muda porque a relação comunicativa permite a conectividade entre um número infinito de pessoas que participam de um mesmo coletivo.

Os primeiros meios de comunicação, como o telégrafo e o telefone, operavam no regime um a um, em que cada emissor se conectava a um receptor. Já o rádio e a televisão, meios de comunicação de massa, operam num regime

um a todos. Atualmente, os meios de comunicação operam num regime todos a todos, em que qualquer ponto da rede pode ser tanto destino como origem da informação. O resultado desse sistema é a implantação de um novo espaço de comunicação humana: o ciberespaço – domínio constituído por entidades e ações puramente informacionais. Esse tipo de espaço é análogo ao espaço físico construído das cidades onde a interconectividade total entre os seres humanos pode ocorrer independentemente do espaço geográfico (Oliveira, 2002).

No ciberespaço, vamos observar a produção de novos objetos, fluxos e ações (Santos, 1996). Esses objetos se constituem em densidades cognitivas, uma vez que operam como próteses do pensamento que administram o intercâmbio de informações. Não se trata de ampliar as ações no espaço, mas os processos no tempo. Isso significa que não são os corpos que se deslocam, as relações é que se compactam. Nesse espaço, os fluxos não transladam os corpos, mas os sentidos, o aparelho sensorial das pessoas (Oliveira, 2002).

Essa nova base técnica que permite fluxos de comunicação atemporais e aterritoriais resulta no ciberespaço. Entendemos que o mesmo foi utilizado, primeiramente, pelas possibilidades de articulação de atividades econômicas no processo de globalização que, ao vencerem as barreiras locais, redefinem a decisão do investimento capitalista e do papel do Estado. Nesse processo, foi possível observar a fusão entre economia e política, e a reinvenção de formas de dominação das nações mais ricas sobre as mais pobres (Hardt, 2001).

O essencial do nosso trabalho é demonstrar como as novas tecnologias constituem um novo espaço que resulta, transforma e se sobrepõe às formas anteriores do espaço construído que o precede. As novas formas de conectividade possibilitam-nos, a qualquer momento, nos conectarmos a qualquer pessoa ou a um reservatório de dados. Essa multiplicidade de canais também possibilita uma nova forma de coletividade, um novo tecido tecno-social, uma rede de indivíduos em contínua comunicação (Oliveira, 2002). O foco da análise proposta é examinar o uso da tecnologia na formação de redes sociais, para que sejam observadas e avaliadas as possibilidades técnicas para a constituição de novos espaços de atuação coletiva.

Espaço social

A importância deste estudo está associada à possibilidade de se criar uma ação social mais autonomizada, tendo sua problemática inscrita no debate da ação política e de suas múltiplas determinações sobre o desenvolvimento social. A reflexão parte da formação do espaço social e de sua transformação dadas as tecnologias de comunicação.

O que é o espaço social?

Ler o mundo não é uma tarefa fácil. A compreensão do real é um esforço de trabalho que resulta de muitas operações mentais para produzirem um pensamento socialmente compartilhado. É esse o sentido da investigação em ciências sociais na busca da interpretação da realidade, quando as teorias que alcançam mais aproximação com esse real, que sabemos ser inatingível, se apresentam como campo privilegiado e quando o desafio é aplicar a universos distintos um mesmo modo de pensamento para se conhecer a realidade. Por essa razão, os trabalhos científicos são diferentes dos trabalhos teóricos, e exigem não a contemplação, mas a sua aplicação prática.

Uma das coisas mais importantes na pesquisa científica é a construção do objeto do conhecimento. Na luz dessa compreensão, ele se constitui no próprio exercício da inteligência e da invenção, que penetra no real e afasta o dogmatismo da teoria em si mesma. Nessa enorme tarefa de compreender o mundo, Bourdieu (1998) nos alerta para o fato de que: a construção de um objeto é um processo que não nasce de uma só tacada. Como uma obra de arte, ela é feita e refeita, sendo necessárias muitas pinceladas num trabalho de grande fôlego, realizado pouco a pouco.

Consideramos que, na modernidade, a ciência social estava atrelada a uma compreensão do mundo, visando o social em suas determinações econômicas. Na teoria marxista, essa relação pode ser facilmente reconhecida quando os estudos sobre a essência do processo social reconhecem que a sociedade resulta essencialmente da instância econômica, ou seja, a interpretação do social reduzida à condição de classe trabalhadora. Consideramos que tal compreensão esteja associada à realidade do processo social na Inglaterra industrializada do século XIX, de Karl Marx, quando interpretava o mundo ao escrever *O Capital*.

A percepção do social é lida no trabalho, na fábrica, nos processos de dominação do capital. O social, portanto, deriva do movimento de acumulação do capital, estando teoricamente subordinado, pois é visto como o coletivo de trabalhadores a serviço dos interesses de acumulação capitalista. Conhecemos bem o texto de Engels sobre habitação, cuja análise cumpre com papéis de reprodução da força de trabalho, subordinada às condições da acumulação do capital.

Foi Gramsci quem sistematizou uma ciência marxista da ação política. Essa distinção é importante porque revela e consolida uma instância política independente da econômica. A sociedade civil não pertence ao momento da estrutura, mas ao da superestrutura. Para ele, a sociedade civil não contém apenas todo o conjunto das relações materiais, mas sim todo o conjunto das relações ideológico-culturais; não mais toda a vida comercial e industrial, mas toda a vida espiritual e intelectual. A sociedade civil é a verdadeira fonte, o cenário de toda a história (Bobbio, 1981).

Nessa concepção analítica, a força verdadeira do sistema não reside na violência da classe dominante nem no poder coercitivo do aparelho de Estado, mas na aceitação, por parte dos dominados, de uma concepção de mundo que pertence aos dominadores. A filosofia da classe dominante atravessa todo um tecido de vulgarizações complexas para aparecer como senso comum. As classes dominantes conquistam o consentimento das classes dominadas (Bobbio, 1981), consentimento este que reside no poder da consciência que conduz a uma forma de pensar coletiva, que por sua vez conduz à ação social para um objeto de ação compartilhado. O conceito de sociedade civil abre para o conceito de hegemonia, que introduz na interpretação do mundo social a importância da cultura e do conjunto de manifestações que compõem a superestrutura e que criam as formas de pensar do social.

Na história do pensamento político encontramos o conceito de poder em Hannah Arendt, que nos permite aproximar a essência do espaço social. Nessa formulação, em que “o poder é a capacidade que os homens têm de agir em conjunto, o que, por sua vez, requer o consenso de muitos quanto a um curso comum da ação”, ela sublinha a importância da formação do espaço coletivo para produzir uma ação comum em direção a um objetivo compartilhado. Esse poder da comunicação tece os fios invisíveis do tecido social, força motriz que produz a coesão social, e se realiza através da ação comunicativa que cria o mesmo sentido do mundo. O que forma o tecido social são os fios invisíveis de comunicação, através dos quais as idéias circulam, constituindo um coletivo que permite aos homens compartilhar de um mesmo conjunto de valores e crenças, reunindo-os num lugar comum.

Essa teia, construída através do poder de comunicação que faz a história dos homens, desenha o tecido social. A ação coletiva está associada, portanto, à possibilidade de se constituir em primeira mão uma forma de pensar coletivamente compartilhada, e o poder da sociedade está exatamente nessa relação. O pensamento que produz o mesmo sentido do mundo conduz a uma ação social coletiva.

Para avançar nessa formulação, Arendt propõe um modelo de teoria do espaço público, que lida com as coisas do interesse coletivo associado à importância do nós, do agir em conjunto que se dá entre os homens e do qual nasce o poder. O espaço público é a garantia do exercício da palavra e da comunicação; o lugar onde o coletivo se realiza através da palavra e da comunicação (Arendt, 1981). A interpretação de Julia Kristeva (2000), dos textos de Arendt ilumina a nossa compreensão. Segundo Julia, “a pólis, de Arendt, é o local ótimo para a ação; ela não é uma localização física como a cidade, mas uma ‘organização do povo, que vem de se agir e falar em conjunto’ e que pode se manifestar ‘quando for e onde for’; se eu apareço para os outros como os outros aparecem para mim. Lugar, portanto, de interesse do entre-dois”.

A vida humana que se empenha em fazer algo está associada ao mundo dos homens e não do homem em si. O espaço físico não existe sem o espaço social. Toda produção social é resultante da ação coletiva e depende de uma ação constante entre-homens. Todas as atividades humanas resultam de uma ação discursiva, quando o discurso e a ação são considerados uma mesma categoria analítica, ou seja, “o ato da palavra é a ação” (Arendt, 1981).

Na formulação arentiana, o ser político, o viver numa pólis significava que tudo era decidido mediante palavras e não através da força e da violência. “O homem é por natureza político, isto é, social” (Arendt, 1981). O espaço social nasce então dessa compreensão do exercício da palavra que faz a vida política no espaço público, onde os homens, através do exercício da palavra, constituem o espaço social.

A capacidade de organização dos homens em um espaço comum de ação faz a história das formações sociais e da ocupação do território ao longo dos processos históricos. O que se quer observar é que a produção e a apropriação das formas espaciais resultam de formas específicas do espaço social que se determina pela natureza da ação comunicativa. A comunicação simbólica entre os homens produz experiências próprias de poder que se cristalizam ao longo dos processos históricos, em experiências próprias, e geram culturas e identidades coletivas específicas.

Ao longo dos processos históricos vamos encontrar diferentes formações do espaço público. A invenção de novas tecnologias de comunicação transforma as possibilidades de organização do espaço público e do poder de ação em comum; transforma as possibilidades de realização de trocas objetivas e subjetivas. É um novo espaço de comunicação humana que cria e recria as possibilidades de interação social (Egler, 1998).

A Internet possibilita novas formas de conectividade entre as nações, as cidades e as pessoas no mundo, transforma as trocas objetivas e subjetivas, possibilita a interação entre as nações e potencializa a formação de um espaço social aterritorial e atemporal. O desafio do nosso estudo é exatamente essa possibilidade, a de compreender que a técnica aumenta a capacidade humana de organização e interação, possibilitadas por formas alternativas de conectividade que definem novas identidades sociais. Resta ainda questionar suas possibilidades de contemplar o bem-estar social.

Redes de cidades globais

A rede de cidades globais resulta desse espaço tecnológico que possibilita a interação entre fragmentos de cidades e fluxos comunicacionais que formam esse novo espaço de materialidade fluida e arquitetura em rede. A possibilidade

de participar dessa rede conduz os governos locais à realização de políticas urbanas capazes de colocar a sua cidade na competitividade do sistema global.

O que podemos observar então é a formação de uma rede de corporações dedicada ao desenvolvimento de atividades de turismo que manejam hotéis, agências de viagens, e entretenimento, em benefício do incremento do tráfego de turismo global.

O resultado dessa estratégia é a transformação da função social do espaço de vida, produto da história local, por um outro espaço produto da ação estatal e em benefício de interesses alheios ao lugar. Essa transformação está direcionada no sentido de substituir tudo aquilo que representa a criatividade das pessoas comuns, em benefício de uma função social do espaço que valoriza a representação simbólica das elites globais. Leva a uma redefinição da localização de grupos sociais, no caso a expropriação dos pobres que habitam o lugar em benefício dos turistas ricos que por ela se movem e passam, sem deixar emoção ou estória.

É constituída uma ação que tem por objetivo banir tudo aquilo que resulta da vida cotidiana, que se constitui através de uma ação de construção ininterrupta, desordenada, imprevisível, resultante da ação comum dos moradores de transformação do seu espaço de vida e de trabalho, para ser substituída por uma ação de depuração da criatividade social por uma de controle da vida social, e pela construção de um espaço regulado. É no estudo de Bauman que vamos encontrar a chave para a análise dessas relações, “que implica em uma vida num espaço perfeitamente ordenado e depurado de todo acaso, livre de tudo que seja fortuito, acidental e ambivalente”. O objetivo é substituir tudo o que é produto da realidade local por um projeto cientificamente controlado, capaz de produzir a felicidade pensada por arquitetos alheios ao lugar para pessoas estrangeiras à sua história. O que implica em uma total rejeição da história do lugar e de seus habitantes e da demolição de todos os seus vestígios. Trata-se de limpar os espaços locais da história que lhe deu origem e inaugurar um uso do espaço local para o deleite global.

O estudo de Bauman revela como a execução de tais políticas e a tentativa de tornar o espaço urbano lógico, funcional, esteticamente elaborado redundaram historicamente na desintegração das redes protetoras tecidas por laços humanos. Essa é uma percepção muito importante porque a transformação do uso social do espaço implica num movimento de destruição das redes de solidariedade social que fazem a história do lugar.

Os planos de transformação propostos pelas políticas urbanas associadas à rede de cidades globais certamente conduzirão ao dismantelamento dos laços de solidariedade do tecido social. Isso quer dizer que na atualidade as redes de cidades são utilizadas para transformar o uso social do espaço local em benefício das elites globais, e, para tanto, banem tudo aquilo que representa a história do lugar.

O que estamos a propor é a utilização de redes técnicas para a formação de redes locais que tenham por objeto de ação a defesa da cultura e da vida cotidiana no lugar.

Potencialidades para formação de redes tecno-sociais locais

Antes de conceituar as redes tecno-sociais, importa considerar as redes sociais, que são lidas como toda relação que reúne um número de pessoas considerado suficiente para uma atividade que tenha um mesmo objeto de ação. Por exemplo, uma sala de aula tem por objeto de ação trabalhar um conteúdo específico de uma determinada disciplina. O movimento social constitui um coletivo que objetiva alcançar o atendimento de uma demanda, por exemplo, localizada no espaço urbano. A linha demonstrativa é entender as redes sociais na vida urbana e analisar como elas se transformam na mediação de redes técnicas.

A aplicação de redes tecno-sociais tem sido explorada pelas corporações que constroem o mercado mundial e, também, por instituições universitárias e governos, que inauguram novas relações com a sociedade e nos conduzem à utilização de tecnologias de comunicação que resultam nas denominações ‘e-learning’, ‘e-business’ e ‘e-governement’ – quando podemos observar a utilização das redes em diferentes esferas da ordem social. A nossa indagação principal é “o que muda na ordem das relações sociais pela mediação da comunicação eletrônica?”.

Para investigar as redes tecno-sociais, devemos reconhecer o lugar analítico que observa a importância da ação social na prosperidade das nações. O que nos mobiliza é a possibilidade de criar coletivos autonomizados, capazes de agir através de uma estrutura de gestão horizontal. Sendo inerente às novas tecnologias a possibilidade de articular redes sociais que podem se unir, visando um objeto de trabalho em comum. A mesma natureza dos espaços de tecnologia informática, lógica numérica e arquitetura em rede respondem por possibilidades de união e organização social que não encontramos nos espaços verticais da sociedade industrial. Está claro que a constituição de redes sociais autonomizadas pode-se constituir em um espaço de integração social que abre caminhos para a realização de experimentos que, por sua vez, aliam inovação tecnológica ao desenvolvimento social.

A formação de rede social possibilita um espaço de comunicação que pode criar coletivos sociais de ação autonomizada. As inovações tecnológicas permitem estruturas de organização, que, nessa arquitetura em rede horizontal, possibilita a realização de fluxos que permitem a comunicação concomitante de muitas pessoas que participam dos coletivos.

O nosso objetivo é problematizar a possibilidade da formação de redes

sociais para políticas urbanas, com o objetivo de transformar as relações que se estabelecem entre organizações governamentais, empresas privadas, instituições universitárias e pessoas para constituir novas articulações, mais flexíveis e fluidas. Dependendo da forma como forem utilizadas as redes tecno-sociais, podem constituir-se em importante espaço para a prosperidade das nações. Podemos pensar em comunidades autônomas que se comunicam entre si, através de um processo de auto-organização (Habermas, 1998), transformando as relações entre espaço público e espaço privado e redefinindo o papel do Estado e de suas relações com a sociedade. Porque através dessa articulação social em rede poderá ser possível atuar com novas formas de lidar com o bem-estar coletivo. O que ainda não está claro é como podemos constituir esses espaços de autonomização da vida social.

Sabemos que esse processo se encontra no início, e as experiências nessa direção são pontuais e singulares, não existindo ainda uma ampla cultura de formação de redes tecno-sociais que nos possibilitem a formação de um acervo de conhecimentos e metodologias sobre o tema. Por enquanto, o nosso propósito é problematizar o seu uso, observando dificuldades e potencialidades de sua utilização. Esse é o nosso posicionamento, cujo objetivo é estudar e refletir as possibilidades de sua utilização na gestão urbana.

Redes tecno-sociais e cooperação na gestão urbana

As redes tecno-sociais, por sua nova possibilidade de criar coletivos mais autonomizados, redefinem as relações entre Estado e sociedade. Esse é o fundamento que cria a nova possibilidade de ação política e de definição do espaço público, produto de uma interação social comunicativa que possibilita novos formatos para a ação política.

O objetivo deste texto era mostrar que as redes tecno-sociais podem ser utilizadas no desenvolvimento de atividades econômicas para a produção de políticas públicas e para a emancipação social. Seu desafio é inovar no experimento de novos procedimentos, mais associativos, mais flexíveis e interativos, para avançar em direção ao futuro de uma sociedade de interação social cooperativa. Isso significa que podemos identificar redes tecno-sociais em diferentes campos de ação humana, por exemplo, na ação governamental, em empresas capitalistas, nas universidades, nas organizações de defesa do meio ambiente, nos movimentos sociais urbanos e agrários, para a articulação de ONGs e encontros sociais. Um sem número de interesses em comum permite a formação dessas redes, possibilitando novas formas de comunicação que produzem a transversalidade entre campos e atores (Miège, 1995). O essencial do nosso ensaio é mostrar como essa nova base tecnológica tem, na sua essência, a possibilidade de criar

novas conexões que possibilitam a criação de um espaço social próprio. Este, por sua vez, redefine a interação entre o governo, empresas, sociedade e pessoas e a constituição de um espaço social que rompe as fronteiras dos campos e possibilita a interação de múltiplos agentes em direção a um objetivo comum de ação. Pode interligar atores que tradicionalmente são separados pelos paradigmas de sua ação.

A intenção é avançar na formulação de um estudo que nos permita entender como é possível criar um espaço de mediação entre Estado, movimentos sociais, universidades e pessoas. Essa reflexão é importante porque consideramos que as redes redefinem profundamente as relações entre Estado e sociedade nas políticas sociais e particularmente nas urbanas.

Esse é o fundamento do nosso trabalho: procurar mostrar que as redes tecno-sociais possibilitam formas de interação e cooperação que podem substituir a lógica dos processos e procedimentos de gestão do Estado e da participação social, transformando o papel dos atores políticos. Dito de outra forma: não se trata de usar as redes apenas para reproduzir processos e procedimentos de gestão do Estado e de subordinação social. Esse processo já se encontra em curso e temos observado o uso de redes para ampliar o controle do Estado sobre a sociedade, que vem sendo denominado de governo eletrônico. O que se quer fazer prevalecer é uma compreensão na qual a rede possa se constituir verdadeiramente em uma possibilidade de participação de diferentes atores em busca da democratização da decisão para a gestão urbana.

Essa é a questão!

A nossa argumentação retorna às formas como são utilizadas as novas tecnologias e em benefício de quem. Através da criação de novas formas de planejamento, de transmissão do conhecimento e de disponibilização da informação será possível criar um sistema de interação que renove as tradicionais estratégias de ação política, que só poderá ser alcançado com a criação de novos métodos de trabalho que ampliem a interlocução entre os diferentes atores que compõem o social.

É preciso socializar o acesso à base técnica. É preciso promover a difusão das novas possibilidades de uso das tecnologias para a sociedade, para se criarem novas possibilidades de vida urbana. Os processos de inclusão social estão associados à criação de políticas de acessibilidade social às novas tecnologias.

Por essa razão, torna-se possível usar novos mecanismos de cooperação entre as diferentes escalas de governo, as empresas, instituições do conhecimento e organizações sociais e as pessoas para ampliar as possibilidades de desenvolvimento social, através de políticas que tenham por objeto de ação a gestão urbana.

Potencialidades das novas tecnologias

Mais do que isso, as novas tecnologias se constituem em poderoso instrumento de integração social – a disponibilidade de ferramentas que alteram a comunicação social e permitem novos espaços de produção econômica, de constituição de coletividades de troca, formas de transmissão do conhecimento, de consumo, de ação política. Por isso, a importância da compreensão dos novos processos implícitos nas ciências sociais. Não se trata apenas de mapear a percepção, mas de fazer emergir uma consciência de que estamos diante de novas formas de constituição do social mediado por tecnologias de computação. Essa consciência é fundamental porque é preciso trabalhar para reconhecer quais são os processos de transformação em curso que alteram as relações entre Estado e sociedade.

Essas relações são mediadas pela presença de uma máquina burocrática que realiza essa mediação. Na atualidade, estamos dispostos de novas ferramentas eletrônicas que transformam as possibilidades dessa interlocução. É preciso trabalhar para reconhecer que devemos investigar as possibilidades do uso de novas tecnologias visando políticas urbanas com o auxílio de ferramentas eletrônicas.

É preciso avançar em direção às transformações profundas na constituição do social. Por isso, é importante voltar o pensamento para a dimensão do processo social e fazer com que as tecnologias e a inovação se transformem num recurso para a vida de todos, na qual o Estado tem um importante papel a cumprir. Trata-se de reconhecer quais são os processos e procedimentos que devem ser observados para usar as novas tecnologias, para permitir novas formas de elaboração, promoção e realização de políticas de desenvolvimento social. Estamos diante de novas formas de criação de espaços sociais, que resultam em novas formas de sociedade e de indivíduos, do coletivo e do espaço público. O desafio é, portanto, pensar as potencialidades da comunicação que se realizam através de redes digitais e que alteram a compreensão das formas de pensar, produzir e representar o social na era informacional.

São novas formas de interação entre Estado e sociedade que permitem constituir uma reflexão que conduza a essa possibilidade de desenvolver políticas que ampliem a possibilidade de interlocução entre os membros da sociedade, de constituir redes sociais de suporte eletrônico.

A capacidade de adquirir, processar e transmitir informação, realizada por meio de computadores e sistemas de comunicação eletrônica, transforma as possibilidades de governar. O uso inteligente dos sistemas pode constituir-se em poderoso instrumento de compreensão, documentação e definição da ação estatal sobre a gestão do espaço urbano.

A técnica nos permite identificar como podemos fazer. Não se trata apenas

de dispor de novas possibilidades técnicas de ação; é preciso saber, também, como as técnicas serão socialmente utilizadas. Isso nos habilita e nos desafia a descobrir como o Estado pode avançar para desvendar como a tecnologia e a inovação guardam potencialidades para conduzir ao desenvolvimento social. Importa avançar para reconhecer as possibilidades de integração do governo, das comunidades, das instituições do conhecimento, de empresas e indivíduos para a formação de um espaço de comunicação social que permita a emancipação em direção à defesa de interesses coletivos na vida urbana.

Referências

- ARENDRT, Hannah (1981). *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- _____ (1994). *Sobre a Violência*. Rio de Janeiro: Relumê Dumara.
- BAUMAN, Zigmunt (2004). *Amor Líquido: sobre fragilidade dos laços humanos*. Rio de Janeiro, Zahar.
- BOBBIO, Norberto (1999). *Gramsci e o conceito de sociedade civil*. São Paulo: Paz e Terra.
- _____ (1981). Existe uma doutrina Marxista do Estado?, in BOBBIO, Norberto. *Marxismo e o Estado*. São Paulo: Graal.
- BOURDIEU, Pierre (1998). *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- CASTELLS, Manuel (1999). *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra.
- EGLER, Tamara Tânia Cohen (2000). A Imagem do Espaço Numérico, em *Anais do IV SIGRADI - Construindo o Espaço Digital*. Rio de Janeiro.
- EGLER, Tamara Tania Cohen (1998). Ciberespaço: as novas formas da interação social. *Sociedade e Estado*. Volume XIII, número 1, Departamento de Sociologia UNB.
- HABERMAS, Jurgen (1998). *Direito e democracia*. Entre facticidade e validade. Tomo I.
- HARDT, Michel & NEGRI, Antonio (2001). *Império*. Rio de Janeiro: Record.
- KRISTEVA, Julia (2002). O Gênio Feminino. A vida, a loucura, as palavras. Tomo I, *Hannah Arendt*. Rio de Janeiro: Rocco.
- LIMONAD, Ester & RANDOLPH, Rainer (2001). Cidade e lugar. Sua representação e apropriação ideológica. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. Associação Nacional de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional.
- MIÈGE, B (1995). *La pensée communicationnelle*. Grenoble: Presse Universitaires de Grenoble.
- OLIVEIRA, L. A (2002). Valores deslizantes: esboço de um ensaio sobre técnica e poder, in NOVAES, A.: *O avesso da liberdade*, Schwarcz, Brasil.
- SANTOS Milton (1994). *Técnica, Espaço e tempo. Globalização e meio técnico científico*. São Paulo: Afilhada.
- _____ (1996). *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: HUCITEC.

RESUMO

Globalização, rede tecno-social e política urbana

O objeto de conhecimento do presente estudo está associado ao desvendamento das formas de interação social e ação coletiva no ciberespaço. Parte-se da compreensão de que, na atualidade, temos uma significativa transformação dos processos espaciais, que resultam de base técnico-informática e possibilitam a formação de objetos, fluxos e ações próprios a essa tecnologia. Esses espaços de tecnologia informática, concretude invisível, materialidade fluida e arquitetura em rede possibilitam processos que alteram as relações entre as nações, as cidades e as pessoas do mundo, onde encontraremos a possibilidade de realização do processo de globalização e a articulação das cidades em rede. O estudo se propõe a examinar as possibilidades dadas pelas tecnologias de informação e comunicação para o desenvolvimento de redes tecno-sociais que tenham por objeto de ação novas formas de cooperação para a realização da gestão urbana.

Palavras-chave: redes tecno-sociais; espaço social; cooperação; gestão urbana

ABSTRACT

Globalization, technosocial network and urban policy

The object of knowledge of the present study is related to revealing forms of social interaction and collective action in cyberspace. It starts from the understanding that at present we are witnessing a significant transformation of spatial processes arising from a techno-informational base and which makes possible the formation of objects, flows and actions proper to this technology. These information technology spaces, invisible concreteness, fluid materiality and network architecture make possible processes which change relations between nations, cities and people, where we encounter the possibility for the realization of the process of globalization and the articulation of networked cities. This study proposes to examine the possibilities made available by communication and information technologies for the development of technosocial networks whose object of action is new forms of cooperation for the realization of urban administration.

Keywords: technosocial networks; social space; cooperation; urban administration

Recebido para apreciação: junho de 2005

Aprovado para publicação: setembro de 2005